



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

PREGÃO ELETRÔNICO
22/2026

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RO

OBJETO
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de Elevador.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 36.810,00 (trinta e seis mil oitocentos e dez reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 12/06/2026 às 10:00 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

LOTE DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA
ME/EPP/EQUIPARADAS

PREGOEIRA DESIGNADA
VERÔNICA DA SILVA APOLINÁRIO

EQUIPE DE APOIO DO PREGÃO - INTERINA
CLEONICE PONCIANA FERREIRA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8.	DO TERMO DE CONTRATO.....	15
9.	DOS RECURSOS.....	16
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
11.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

EDITAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

(Processo Administrativo n.º133-2025/SEMA)

LOTE DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Buritis, estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Licitações e Contratações, sediada na Rua São Lucas, 2476, setor 06, CEP 76.880-000, na cidade de Buritis, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de Elevador**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por **LOTE**, conforme tabela constante no **ANEXO III** - Estimativa de custos - Relação do Lote.
- 1.3. *A descrição dos itens objeto desta licitação para elaboração das propostas constam neste edital (termo de referência e relação do lote) e não devem ser confundidas com a descrição genérica constante no sistema LICITANET, pois a descrição do sistema é genérica.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal Licitanet: (<http://www.licitanet.com.br/>).
- 2.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:
 - 2.2.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;
- 2.3 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.
- 2.4 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.
- 2.5 **O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: www.licitanet.com.br.

2.6 O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.

2.7 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

2.8 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.

2.9 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Licitanet até à data prevista para recebimento das propostas.

2.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.11 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.12 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.13 Para o Lote objeto desta contratação, a participação é exclusiva as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.13.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.14 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006, Decreto n.º 8.538 de 2015 e Lei Ordinária Municipal nº 2.176 de 25 de abril de 2025.

2.15 Não poderão disputar esta licitação:

2.15.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.15.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.15.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.15.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.15.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.15.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.15.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.15.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.15.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.15.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata de registro de preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16 O impedimento de que trata o item 2.15.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.17 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.15.2 e 2.15.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata de registro de preços, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.18 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.19 O disposto nos itens 2.15.2 e 2.15.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.20 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

2.21 A vedação de que trata o item 2.15.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital – menor preço por item, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1 no item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 2.13 ou 2.14 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1 valor unitário e total do item;

4.2.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da contratação.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.2 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

5.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7 **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

5.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10 O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de cinco décimos por cento (0,5%)**.

5.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.12 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado - **aberto**.

5.13 Para a presente licitação será adotado o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

5.20.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2 empresas brasileiras;

5.20.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, A PREGOEIRA poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4 A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme o modelo do ANEXO I MODELO DA PROPOSTA acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.15 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, para o CNPJ e CPF do sócio majoritário;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.1. As certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CNPJs, serão substituídas pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU** ([Certidões Administração Pública Federal \(tcu.gov.br\)](https://www.tcu.gov.br)). Além da consulta ao SICAF e TCU CONSOLIDADA, será consultado também o **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP** – da Controladoria Geral do Estado de Rondônia no seguinte sítio eletrônico: <https://transparencia.ro.gov.br/>.

6.1.2. Serão realizadas consultas do CPF do sócio majoritário, além do SICAF, nos seguintes sítios eletrônicos: CNJ – Conselho Nacional de Justiça <https://www.cnj.jus.br/>, no TCU – Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/>, e para as certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CPFs, será realizada consulta ao sítio da CGU – Controladoria Geral da União <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, A PREGOEIRA diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício aplicado.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, A PREGOEIRA examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 conter vícios insanáveis;

6.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no **ANEXO II DESTE EDITAL (CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados via sistema eletrônico (Licitanet) podendo ser assinado digitalmente (quando for o caso).

7.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6 Será verificado se o licitante declarou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10 A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

7.11 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

7.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A PREGOEIRA examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8 DO TERMO DE CONTRATO

8.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração: disponibilizar acesso à sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

8.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5 Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6 fraudar a licitação;

10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

10.16 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: (<http://www.licitanet.com.br>) e via e-mail para o endereço: cpl@buritis.ro.gov.br.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela PREGOEIRA.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e **PORTAL LICITANET** (<http://www.licitanet.com.br>).

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 ANEXO I – Modelo da Proposta;

12.11.2 ANEXO II – Condições para Habilitação;

12.11.3 ANEXO III – Estimativa de custos - Relação de itens;

12.11.4 ANEXO IV – Minuta de Contrato

12.11.5 ANEXO V - Termo de Referência;

12.11.5.1 Apêndice do Anexo V – Estudo Técnico Preliminar.

Buritis, 25 de maio de 2026.

Elaborado por: **Taynara Vieira Bordinhão**
Agente da Equipe de Apoio

Revisado e aprovado por: **Thiago Alves de Sousa**
Superintendente de Licitações e Contratações





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

ANEXO I DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026/SLC

PROCESSO Nº 133/2026/SEMA

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL.: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

BANCO: _____ AG.: _____ C. CORRENTE: _____

Item	Especificação	Unidade De Medida	Marca / Modelo	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Obs: Ao Licitante:

Encaminhar juntamente com a proposta os dados Atualizados do Responsável pela Assinatura do Contrato, incluindo: nome, CPF, data de nascimento, telefone (de preferência WhatsApp) e e-mail. Essas informações são essenciais para a formalização da ata de registro de preços e comunicação entre as partes.

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em firmar a contratação no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA
ANEXO II DO EDITAL

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação, ou da Certidão de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura Municipal de BURITIS, ou pelo SICAF. *Caso haja alguma certidão vencida, a mesma deverá ser encaminhada* exclusivamente via sistema, no prazo compreendido entre a divulgação do edital no sítio eletrônico e o horário limite da sessão pública, conforme descrito no preâmbulo deste edital. Os documentos de habilitação abaixo, que não forem contemplados pelo CRC OU SICAF deverão também ser remetidos:

1. HABILITAÇÃO JURIDICA e FISCAL:

- a) **Identidade e CPF** do responsável.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual. **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- c) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal e INSS**. (Unificada)
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- f) Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**.
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11).
- h) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

2.1 Será exigida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação, especialmente relacionados à **manutenção preventiva e corretiva de elevadores ou equipamentos similares**.

2.1.1 A empresa contratada deverá possuir em seu quadro técnico engenheiro mecânico ou outros profissionais legalmente habilitados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, desde que possuam atribuições técnicas equivalentes e compatíveis com os serviços de manutenção de elevadores, conforme definido pelas resoluções e normativos do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 **Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira** expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/21.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 337 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

Reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

ANEXO III DO EDITAL

ESTIMATIVA DE CUSTOS

(Relação do Lote)

LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

LOTE UNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND.	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1.	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, compreendendo assistência técnica especializada, mão de obra qualificada. Elevador capacidade 8 passageiros e 600 kg GMW 02(dois) andares.	3557 (Genérico)	Mês	12	R\$ 2.045,00	R\$ 24.540,00
2.	Fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços. ESTIMADO EM 50% DA MÃO DE OBRA DO ITEM 01	3557 (Genérico)	Estimativa	1	R\$ 12.270,00	R\$ 12.270,00

Atenção: Para preenchimento da **Proposta (Anexo I)** deve-se seguir estritamente esta ordem, numeração e descrição dos itens, facultando ao licitante participar **apenas do lote** de seu interesse.

O valor total estimado deste certame é de **R\$ 36.810,00 (trinta e seis mil oitocentos e dez reais)**.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Os interessados podem apresentar proposta para o **LOTE** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.

1.2 Independentemente de o critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.

1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

ANEXO IV DO EDITAL





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA
MINUTA DE CONTRATO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS

(Processo Administrativo n.º133-2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, na cidade de Buritis, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, neste ato representado pelo Sr. Valtair Fritz dos Reis, Prefeito deste município, através da **Secretaria Municipal de Administração**, doravante denominado CONTRATANTE, e o (a), inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 133-2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 22/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1 O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de Elevador**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

LOTE UNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND.	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1.	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, compreendendo assistência técnica especializada, mão de obra qualificada. Elevador capacidade 8 passageiros e	3557 (Genérico)	Mês	12	R\$	R\$





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

	600 kg GMW 02(dois) andares.					
2.	Fornecimento de peças , componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços. ESTIMADO EM 50% DA MÃO DE OBRA DO ITEM 01	3557 (Genérico)	Estima tiva	1	R\$	R\$

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, com início e término em dias de expediente, excluindo-se o primeiro e incluindo-se o último, o contrato poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de **execução contratual**, os modelos de **gestão** e de **execução**, assim como os **prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento** do objeto constam no presente Contrato e no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.3. A comunicação entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, como por exemplo: e-mail e WhatsApp.

3.4. **Forma, local e prazo de entrega (conforme item 5 do termo de referência):**

3.4.1 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador serão executados no local onde o equipamento se encontra instalado, nas dependências do prédio da Prefeitura Municipal de Buritis/RO, situada na Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06, Buritis/RO, CEP 76.880-000. Em horário de funcionamento, das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira;

3.4.2 Os Serviços seguirão os seguintes prazos máximos de atendimento:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

3.4.2.1 Até 24 (vinte e quatro) horas para atendimentos emergenciais, caracterizados por elevador totalmente parado ou com risco à segurança dos usuários;

3.4.2.2 Até 48 (quarenta e oito) horas para atendimentos corretivos não emergenciais.

3.5 Manutenção Preventiva:

3.5.1 A manutenção preventiva deverá compreender a realização de inspeções periódicas programadas, com periodicidade mínima mensal, abrangendo ajustes, regulagens, lubrificações, testes operacionais, limpeza técnica, reaperto, alinhamentos, bem como a verificação completa dos componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos do elevador;

3.5.2 Deverão ser executados todos os procedimentos técnicos necessários à preservação do pleno funcionamento do equipamento, garantindo condições adequadas de segurança, eficiência operacional, confiabilidade e aumento da vida útil do sistema;

3.5.3 As atividades preventivas deverão ser realizadas conforme cronograma previamente aprovado pela Administração, mediante emissão de ordem de serviço e acompanhamento do fiscal do contrato.

3.6 Manutenção Corretiva:

3.6.1 A manutenção corretiva abrangerá o diagnóstico técnico de falhas, defeitos ou irregularidades no funcionamento do elevador, incluindo a execução de reparos, substituição de peças, componentes, dispositivos de segurança, sistemas elétricos, eletrônicos ou mecânicos defeituosos, sempre que necessário;

3.6.2 Os atendimentos corretivos deverão ser realizados de forma imediata ou dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo o restabelecimento seguro, contínuo e eficiente do funcionamento do equipamento, minimizando riscos aos usuários e prejuízos à Administração.

3.7 Fornecimento de Peças, Componentes e Insumos

3.7.1 O fornecimento de peças, componentes e insumos ocorrerá de forma eventual e sob demanda, exclusivamente quando necessário à execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, mediante prévia autorização da Administração e apresentação de diagnóstico técnico detalhado pela contratada;

3.7.2 Todas as peças, componentes e insumos eventualmente utilizados deverão ser novos, originais ou tecnicamente compatíveis com as especificações do fabricante do equipamento, de primeira linha, devidamente certificados quando aplicável, devendo possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra vícios, defeitos de fabricação ou desgaste prematuro;

3.7.3 As peças deverão ser entregues no local de instalação do equipamento, em prazo compatível com a necessidade do serviço, observadas as condições adequadas de transporte, armazenamento e conferência, ficando o recebimento condicionado ao aceite e atesto do fiscal do contrato;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

3.7.4 O fornecimento de peças, componentes e insumos ocorrerá de forma eventual e sob demanda, exclusivamente quando necessário à execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva do elevador, mediante prévia autorização da Administração, após apresentação de diagnóstico técnico pela contratada;

3.7.5 As peças deverão ser entregues no local de instalação do equipamento, em prazo compatível com a necessidade do serviço, observadas as condições adequadas de transporte e armazenamento, ficando o recebimento condicionado à conferência, aceite e atesto do fiscal do contrato.

3.8 Recebimento do Objeto:

3.8.1 Os serviços executados no período de referência serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante conferência dos relatórios técnicos e verificação inicial da conformidade com este Termo de Referência, o contrato e a proposta da contratada;

3.8.2 Definitivamente, ocorrerá após a verificação completa da execução contratual, do cumprimento dos prazos, da qualidade técnica dos serviços prestados e do adequado funcionamento do equipamento, mediante atesto formal do fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

3.9 Da Gestão Contratual:

3.9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.9.2 As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

3.9.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação.

4.2. A vedação à subcontratação é devida a necessidade de controle direto de qualidade, garantindo que a contratação seja de empresas do ramo de atividade devidamente certificadas para garantir padrões de qualidade e especificações em conformidade com regulamentações e normas de saúde. Bem como evitar possíveis atrasos ou problema de comunicação com fornecedores externos.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, garantia e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.1.1. O prazo de validade;

6.1.2. A data de emissão;

6.1.3. O período respectivo de execução da contratação;

6.1.4. O valor a pagar;

6.1.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

6.1.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.1.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1 O **pagamento** deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, desde que comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais, já consideradas eventuais glosas ou descontos aplicáveis, conforme previsto no Decreto Municipal nº 13.509/2023, de 15 de março de 2023.

6.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada em sua proposta de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILIBRIO E REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta.

7.2 Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.
- 7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1 São obrigações do Contratante:
- 8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

8.10.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas às causas e justificativas desta decisão;

9.7 Executar os serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador em conformidade com este Termo de Referência, com o contrato, com a proposta apresentada e com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, incluindo, quando aplicável, a ABNT NBR 16083 (Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para prestação do serviço) e a ABNT NBR 15597 (Requisitos de segurança para inspeção de elevadores) garantindo o funcionamento seguro, contínuo e eficiente do equipamento;

9.8 Disponibilizar profissionais devidamente qualificados, habilitados e identificados, com conhecimento técnico compatível com o objeto contratado, responsabilizando-se integralmente pela atuação de sua equipe;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

- 9.9 Atender às ordens de serviço emitidas pela Administração, observando rigorosamente os prazos estabelecidos para manutenções preventivas, corretivas e emergenciais;
- 9.10 Realizar a manutenção preventiva mensal, conforme cronograma aprovado pela Administração, abrangendo inspeções técnicas, ajustes, regulagens, lubrificação, testes operacionais e demais procedimentos necessários à preservação do bom funcionamento do elevador;
- 9.11 Apresentar à Administração, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, o cronograma de execução das manutenções preventivas, contemplando as visitas técnicas mensais durante todo o período de vigência contratual, para análise e aprovação da fiscalização do contrato;
- 9.12 Executar a manutenção corretiva e emergencial sempre que necessário, respeitando os prazos máximos de atendimento definidos neste Termo de Referência, sem interrupções indevidas do serviço;
- 9.13 Fornecer quando necessário, peças, componentes e insumos novos, compatíveis com o equipamento, de qualidade equivalente ou superior às originais, mediante prévia autorização da Administração, responsabilizando-se pela correta instalação e funcionamento;
- 9.14 Não utilizar peças reconcondicionadas, usadas ou fora das especificações técnicas;
- 9.15 Apresentar relatórios técnicos detalhados após cada atendimento e mensalmente, contendo a descrição dos serviços executados, data, horário, identificação do profissional responsável, peças substituídas e condições gerais do equipamento;
- 9.16 Comunicar imediatamente à Administração qualquer anormalidade, risco à segurança ou falha grave identificada durante a execução dos serviços, indicando as medidas corretivas necessárias;
- 9.17 Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo mão de obra, ferramentas, equipamentos, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- 9.18 Responder por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela Administração;
- 9.19 Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando à Administração qualquer alteração relevante;
- 9.20 Cumprir as normas de segurança do trabalho, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e adotando medidas que evitem riscos aos usuários e servidores;
- 9.21 Adotar práticas de sustentabilidade e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, tais como peças substituídas, óleos, graxas, embalagens e demais materiais, em conformidade com a legislação ambiental vigente;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual de execução, nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza específica do contrato e o baixo risco associado às obrigações contratadas por ser uma contratação de fornecimento comum e de baixo valor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.3 **Advertência**, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como:

- 11.3.1 Atraso na entrega de até 5 (cinco) dias úteis, sem impacto no cronograma institucional;
- 11.3.2 Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;
- 11.3.3 Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
- 11.3.4 Não seguir especificações técnicas do fabricante ou contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
- 11.3.5 Jogar embalagens ou sobras de materiais em locais inadequados, desde que seja feita a destinação correta após a notificação;
- 11.3.6 Como instalação torta, sujeira no local, pequenos danos estéticos, desde que corrigíveis logo após a notificação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

11.3.7 Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização. Por exemplo, agendar entrega fora do horário combinado sem aviso prévio.

11.3.8 Falta de uso de EPIs ou conduta imprópria de funcionários no local, quando não há risco direto à segurança ou à ordem do serviço.

11.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.4.1 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;

11.4.2 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;

11.4.3 Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 10.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;

11.4.4 Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da contratação 2 anos de impedimento;

11.4.5 Não entrega dos produtos 2 anos de impedimento;

11.4.6 Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;

11.4.7 Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, tamanhos errados, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;

11.4.8 Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento

11.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, em situações que envolvam dolo, fraude, falsidade ou dano grave à Administração:

11.5.1 Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;

11.5.2 Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;

11.5.3 Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;

11.5.4 Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;

11.5.5 Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;

11.5.6 Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;

11.5.7 Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;

11.5.8 Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;

11.5.9 Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;

11.5.10 Enriquecimento ilícito à custa do erário;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

11.5.11 Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atraso na execução dos serviços, entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).

11.6 Multa:

11.7 **Moratória**, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **24** (vinte e quatro dias);

11.7.1 **2%:** Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;

11.7.2 **5%:** Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues.

11.7.3 **6%:** Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;

11.7.4 **15%:** Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;

11.8 O atraso superior a **25** (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.9 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação:

11.9.1 **10%:** Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.

11.9.2 **15%:** Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.

11.9.3 **20%:** Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.

11.10 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

11.10.1 **10%:** Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;

11.10.2 **10%:** Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;

11.10.3. **15%:** Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação.

11.10.4 **15%:** Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.

11.11 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **6% (seis por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.11.1 **6%:** Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

11.11.2 **10%**: Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.

11.12 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

11.12.1 **2%**: Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;

11.12.2 **5%**: Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues;

11.12.3 **5%**: Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;

11.12.4 **5%**: Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;

11.13 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **6% (seis por cento)** do valor da contratação:

11.13.1 **2%**: Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;

11.13.2 **4%**: Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.

11.13.3 **6%**: Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.

11.14 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

11.15 Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

11.16 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.18 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.19 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.19.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

11.19.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.20 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.20.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.20.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.20.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.20.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.20.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.21 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.22 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.23 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.23.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.24 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.25 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3 Indenizações e multas.

12.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária: 02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração

Programação: 04.122.1001.2004 – Manutenção das Atividades Administrativas da SEMA

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00- Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Ficha 39

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, <http://www.buritis.ro.gov.br> (Portal da transparência do Município de Buritis), em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1 Fica eleito o Foro Comarca de Buritis, Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Buritis-Rondônia, [dia] de [mês] de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA
EXTRATO DO CONTRATO Nº/2026/PMB

PROCESSO Nº 133-2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026 - SLC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BURITIS/RO

CONTRATADO: _____

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de Elevador.**

Unidade Orçamentária: 02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração

Programação: 04.122.1001.2004 – Manutenção das Atividades Administrativas da SEMA

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00- Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Ficha 39

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

VALOR TOTAL DESTE CONTRATO: R\$ _____

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É DE 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MUNICÍPIO DE BURITIS/RO

Valtair Fritz dos Reis





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133-2026/ SEMA

ANEXO V DO EDITAL:
TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE DO ANEXO V
Estudo Técnico Preliminar – ETP





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 0000133.01.01-2026

Categoria do Objeto: Serviço continuado

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os elementos técnicos e administrativos que orientam e fundamenta a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, compreendendo assistência técnica especializada, mão de obra qualificada, bem como o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços.

ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, compreendendo assistência técnica especializada, mão de obra qualificada. Elevador capacidade 8 passageiros e 600 kg GMW 02(dois) andares.	(Genérico) 3557	R\$ 2.045,00	R\$ 24.540,00
02	Fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços. ESTIMADO EM 50% DA MÃO DE OBRA DO	(Genérico) 3557	R\$ 12.270,00	R\$ 12.270,00

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	ITEM 01			
--	---------	--	--	--

1.2. A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, de forma continuada, com revisões mensais, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos do art.107 da Lei nº 14.133/2021 até 10 anos, desde que mantidas as condições de vantajosidade para a Administração. As revisões serão realizadas por profissional devidamente qualificado, incluindo, quando necessário, a substituição de peças por outras de qualidade equivalente ou superior, garantindo o adequado funcionamento do objeto.

1.3 A despesa decorrente desta contratação será custeada com recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Administração, estando a espécie da contratação devidamente prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) do Município de Buritis/RO, referente ao exercício vigente, em conformidade com o planejamento institucional e orçamentário.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação faz-se necessária tendo em vista que o elevador instalado no prédio público é de suma importância para o atendimento adequado aos servidores e contribuintes, assegurando condições mínimas de acessibilidade, mobilidade e dignidade no acesso aos serviços públicos.

2.2. O equipamento possui capacidade para até 8 (oito) pessoas e atende dois andares, sendo essencial para o pleno funcionamento das atividades administrativas desenvolvidas no edifício. Sua paralisação compromete diretamente o atendimento ao público, caracterizando situação de prejuízo à acessibilidade, especialmente em relação às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que não conseguem acessar o segundo pavimento por meio de escadas.

2.3. Dessa forma, a contratação visa garantir a manutenção e o funcionamento contínuo e adequado do elevador, assegurando o cumprimento dos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e acessibilidade, bem como o atendimento à legislação vigente.

2.4. Ressalta-se que a presente contratação se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, conforme item 265, demonstrando alinhamento com o planejamento administrativo desta Administração Pública, nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição detalhada da solução proposta encontra-se apresentada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que constitui apêndice integrante deste Termo de Referência. O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço continuada, conforme definição das normativas vigentes.

3.2. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do elevador, incluindo revisões mensais, inspeções técnicas periódicas, ajustes, regulagens, lubrificação, testes operacionais e substituição de peças, quando necessário, por componentes de qualidade equivalente ou superior, mediante autorização da Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados e habilitados, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, incluindo, quando aplicável, a NBR 16083 (Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para prestação do serviço) e a NBR 15597 (Requisitos de segurança para inspeção de elevadores), bem como demais regulamentos de segurança pertinentes, garantindo o funcionamento contínuo, seguro e eficiente do equipamento.

4.2. A execução dos serviços deverá assegurar condições adequadas de acessibilidade, mobilidade e segurança aos servidores, contribuintes e demais usuários, especialmente às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com a legislação aplicável.

4.3. A solução contratada deverá contemplar atendimento técnico corretivo sempre que houver falhas ou interrupções no funcionamento do elevador, observados os seguintes prazos máximos de atendimento:

I – Até 24 (vinte e quatro) horas para atendimentos emergenciais, caracterizados por elevador totalmente parado ou com risco à segurança dos usuários;

II – Até 48 (quarenta e oito) horas para atendimentos corretivos não emergenciais.

4.4. Poderão participar deste procedimento de contratação todas as empresas legalmente constituídas e especializadas no ramo de manutenção de elevadores descrito, desde que atendam

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

integralmente à especificação constantes neste Termo de Referência e comprovem regularidade fiscal, jurídica, conforme exigido pela legislação vigente.

4.5. A empresa contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se integralmente pela correta execução do objeto contratado, bem como por eventuais falhas, danos ou prejuízos decorrentes da prestação dos serviços.

4.6. A contratada será responsável por eventuais prejuízos causados à Administração decorrentes de atrasos injustificados, descumprimento contratual ou falhas na execução dos serviços, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

4.7. Caberá à empresa contratada arcar com todas as despesas de frete, transporte, carregamento, descarregamento e quaisquer outros encargos diretos ou indiretos necessários para a entrega dos materiais no local indicado pela Administração, sem qualquer custo adicional além do valor global proposto.

Reposição de Peças

4.8. O Termo de Referência estabelece valores estimados para cada subitem, condicionados à realização de cotação individual, correspondendo a até 50% (cinquenta por cento) do valor total do item contratado. Esse percentual será reservado como previsão orçamentária para eventual aquisição de peças, insumos e acessórios necessários à adequada execução dos serviços durante a vigência do contrato.

4.9. Quando houver necessidade de reposição de peças ou insumos não cobertos pela garantia do fabricante dos equipamentos, a CONTRATADA deverá elaborar relatório técnico detalhado, descrevendo o problema identificado, a causa provável da falha e a justificativa para a substituição da peça.

4.10. Após a emissão do relatório técnico, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento das peças ou acessórios necessários ao fiscal do contrato, que encaminhará a solicitação ao setor competente para realização das cotações e verificação da compatibilidade de preços com o mercado.

4.11. Caso o setor responsável pelas cotações identifique fornecedor que ofereça produto com mesma especificação técnica, qualidade igual ou superior e preço mais vantajoso, a CONTRATADA deverá fornecer a peça pelo menor valor identificado, garantindo economicidade e evitando a utilização de peças paralelas, incompatíveis ou de qualidade inferior.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 4.12. A adoção do percentual estimado de 50% (cinquenta por cento) para reposição de peças fundamenta-se em boas práticas de gestão de manutenção recomendadas por entidades especializadas, que orienta a adequada previsão de recursos para garantir a continuidade operacional dos equipamentos e a eficiência da gestão.
- 4.13. O valor reservado para aquisição de peças, consumíveis e acessórios complementares será utilizado somente quando efetivamente necessário, mediante identificação da demanda e comprovação por meio de relatório técnico devidamente aprovado pelo fiscal do contrato.
- 4.14. A substituição de peças deverá ocorrer exclusivamente por componentes novos e originais ou equivalentes tecnicamente compatíveis, sendo vedado o fornecimento ou instalação de peças usadas, recondicionadas ou remanufaturadas.
- 4.15. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, mensalmente, relatório ou planilha contendo o levantamento dos materiais consumíveis e acessórios utilizados ou estimados para o adequado funcionamento dos equipamentos.
- 4.16. Para utilização dos recursos destinados à aquisição de materiais, consumíveis ou acessórios, a CONTRATADA deverá observar o procedimento administrativo estabelecido, apresentando ao Gestor do Contrato, após a execução do serviço, a documentação comprobatória correspondente, incluindo relatório técnico detalhado e nota fiscal das peças aplicadas.
- 4.17. Antes da aquisição de peças ou execução de serviços complementares, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE planilha ou documento detalhado, contendo a identificação do serviço a ser executado ou da peça a ser adquirida.
- 4.18. A planilha ou documento deverá conter, sempre que possível, no mínimo três (3) orçamentos de fornecedores distintos, permitindo ao CONTRATANTE justificar a escolha com base em critérios de economicidade e vantajosidade.
- 4.19. Nos casos em que houver fornecedor exclusivo de determinada peça ou serviço, a CONTRATADA deverá apresentar declaração formal do fabricante ou distribuidor autorizado que comprove a condição de exclusividade.
- 4.20. A CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar cotações independentes para verificar a compatibilidade e a razoabilidade dos preços apresentados pela CONTRATADA.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.21. A CONTRATADA compromete-se a praticar preços compatíveis com os praticados no mercado, observando inclusive os resultados das cotações realizadas pela CONTRATANTE.

4.22. Caso a necessidade de manutenção seja considerada tecnicamente viável pelo(s) fiscal(is) do contrato e seja constatado que a falha da peça decorre de desgaste natural, variação ou oscilação de energia elétrica, ou outros fatores externos não cobertos pela garantia, será verificada a disponibilidade orçamentária e a conformidade da despesa com os limites estabelecidos para a unidade requisitante.

4.23. Os valores destinados à aquisição de peças, materiais ou componentes não integrarão o pagamento mensal da CONTRATADA, sendo faturados separadamente e somente após a efetiva aplicação dos itens, devidamente comprovada por relatório técnico e aprovação da fiscalização do contrato.

4.24. A substituição da peça que apresenta avaria no transporte, defeitos de fabricação ou que estiverem em desconformidade com o solicitado deverá ser realizada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após notificação formal da Administração Pública, sem prejuízo à continuidade do serviço ou utilização do material, e sem custos adicionais ao Município.

4.25. Ficam impedidas de participar do certame as empresas enquadradas em qualquer das seguintes situações:

4.26. Que estejam em processo de falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação ou em regime de concurso de credores;

4.27. Que participem em regime de consórcio, coligadas, controladas ou subsidiárias entre si, em desconformidade com a legislação vigente;

4.28. Que tenham sido declaradas inidôneas ou estejam suspensas de contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera, desde que tal penalidade tenha sido publicada oficialmente e ainda esteja em vigor;

4.29. Empresas estrangeiras que não apresentem documentação de habilitação válida e devidamente autenticada por consulado brasileiro e traduzida por tradutor juramentado;

4.30. Empresas que tenham, em seu quadro societário ou funcional, servidores públicos vinculados ao Município de Buritis/RO, inclusive na condição de sócios, dirigentes ou administradores.

Sustentabilidade

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.31. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente especificados na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.32. A empresa contratada deverá empregar, sempre que possível, peças, componentes e insumos com maior durabilidade, qualidade comprovada e compatibilidade técnica com o elevador, de modo a reduzir a necessidade de substituições frequentes, o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos.

4.33. Na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, deverão ser priorizados procedimentos e soluções técnicas que contribuam para a eficiência energética do elevador, visando à redução do consumo de energia elétrica e à otimização do desempenho do equipamento.

4.34. As peças, componentes e insumos fornecidos deverão atender às normas técnicas nacionais aplicáveis, bem como possuir, sempre que cabível, certificação de conformidade do INMETRO ou de organismos acreditados, assegurando padrões mínimos de segurança, qualidade e desempenho ambiental.

4.35. A contratada deverá adotar práticas sustentáveis na execução dos serviços, incluindo o manuseio, acondicionamento e a destinação ambientalmente adequada de resíduos, tais como peças substituídas, óleos, graxas, embalagens e demais materiais eventualmente gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Plano de mitigação

4.36. Utilizar produtos, peças e insumos ambientalmente adequados, sempre que disponíveis, priorizando aqueles com menor potencial poluidor e maior eficiência energética.

4.37. Realizar o armazenamento, manuseio e transporte adequados de óleos, graxas, lubrificantes, peças e demais insumos, prevenindo vazamentos, derramamentos ou contaminações do solo e da água.

4.38. Assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, incluindo peças substituídas, materiais metálicos, embalagens, óleos e demais insumos, mediante encaminhamento a empresas ou sistemas devidamente licenciados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Subcontratação

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.39. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.40. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza específica do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Local e Condições de Execução

5.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador serão executados no local onde o equipamento se encontra instalado, nas dependências do prédio da Prefeitura Municipal de Buritis/RO, localizado na Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06, Buritis/RO, CEP 76.880-000, durante a vigência do contrato, conforme cronograma previamente definido e mediante ordens de serviço emitidas pela Administração.

5.2. Manutenção Preventiva

5.2.1. A manutenção preventiva deverá compreender a realização de inspeções periódicas programadas, com periodicidade mínima mensal, abrangendo ajustes, regulagens, lubrificações, testes operacionais, limpeza técnica, reaperto, alinhamentos, bem como a verificação completa dos componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos do elevador.

5.2.2. Deverão ser executados todos os procedimentos técnicos necessários à preservação do pleno funcionamento do equipamento, garantindo condições adequadas de segurança, eficiência operacional, confiabilidade e aumento da vida útil do sistema.

5.2.3. As atividades preventivas deverão ser realizadas conforme cronograma previamente aprovado pela Administração, mediante emissão de ordem de serviço e acompanhamento do fiscal do contrato.

5.3. Manutenção Corretiva

5.3.1. A manutenção corretiva abrangerá o diagnóstico técnico de falhas, defeitos ou irregularidades no funcionamento do elevador, incluindo a execução de reparos, substituição de peças, componentes, dispositivos de segurança, sistemas elétricos, eletrônicos ou mecânicos defeituosos, sempre que necessário.

5.3.2. Os atendimentos corretivos deverão ser realizados de forma imediata ou dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, garantindo o restabelecimento seguro, contínuo e

Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

eficiente do funcionamento do equipamento, minimizando riscos aos usuários e prejuízos à Administração.

5.4. Fornecimento de Peças, Componentes e Insumos

5.4.1. O fornecimento de peças, componentes e insumos ocorrerá de forma eventual e sob demanda, exclusivamente quando necessário à execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, mediante prévia autorização da Administração e apresentação de diagnóstico técnico detalhado pela contratada.

5.4.2. Todas as peças, componentes e insumos eventualmente utilizados deverão ser novos, originais ou tecnicamente compatíveis com as especificações do fabricante do equipamento, de primeira linha, devidamente certificados quando aplicável, devendo possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra vícios, defeitos de fabricação ou desgaste prematuro.

5.4.3. As peças deverão ser entregues no local de instalação do equipamento, em prazo compatível com a necessidade do serviço, observadas as condições adequadas de transporte, armazenamento e conferência, ficando o recebimento condicionado ao aceite e atesto do fiscal do contrato.

5.5 PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

5.5.1. O fornecimento de peças, componentes e insumos ocorrerá de forma eventual e sob demanda, exclusivamente quando necessário à execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva do elevador, mediante prévia autorização da Administração, após apresentação de diagnóstico técnico pela contratada.

5.5.2. As peças deverão ser entregues no local de instalação do equipamento, em prazo compatível com a necessidade do serviço, observadas as condições adequadas de transporte e armazenamento, ficando o recebimento condicionado à conferência, aceite e atesto do fiscal do contrato.

5.6. GARANTIA DOS SERVIÇOS E DOS MATERIAIS FORNECIDOS

5.7. A contratada deverá garantir os serviços executados e as peças, componentes e insumos fornecidos durante a vigência do contrato, responsabilizando-se pela correção de falhas decorrentes de má execução ou defeitos de fabricação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.8. A garantia dos serviços terá início a partir da data de sua execução, enquanto a garantia das peças e componentes será contada a partir da data de sua instalação, observados, no mínimo, os

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

prazos estabelecidos pelo fabricante ou aqueles definidos contratualmente, prevalecendo o que for mais favorável à Administração.

5.9. Durante o período de garantia, a contratada será responsável por toda a mão de obra, materiais, deslocamentos e demais custos necessários à substituição de peças ou à reexecução dos serviços, ressalvados os casos de mau uso, interferência de terceiros ou eventos alheios à sua responsabilidade.

6. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Fiscal Técnico: Responsável por verificar a qualidade, conformidade e adequação dos produtos entregues, assegurando que atendam integralmente às especificações do Termo de Referência e às condições estabelecidas na contratação formalizada por meio de Nota de Empenho. Compete ao fiscal técnico registrar eventuais não conformidades e adotar as medidas necessárias para correção, garantindo a plena satisfação das necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

6.2. Fiscal Administrativo: Responsável pelo acompanhamento e controle administrativo do processo de aquisição, verificando e conferindo toda a documentação pertinente, como notas fiscais, ordens de compra, registros administrativos e comprovantes de recebimento. Cabe ao fiscal administrativo assegurar que todos os trâmites sejam realizados em conformidade com a legislação vigente, observando os princípios da legalidade, transparência e eficiência, de modo a garantir a correta aplicação dos recursos públicos e a regularidade do fornecimento ao setor demandante.

6.3. Gestor do Contratação: Responsável por supervisionar e coordenar todas as etapas da execução da contratação formalizada por meio de nota de empenho, promovendo a integração entre os fiscais técnico e administrativo. Compete ao gestor zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais, adotar providências frente a eventuais irregularidades e garantir que o objeto contratado atenda plenamente ao interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade e conformidade legal.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Designar formalmente gestor do contrato e fiscais técnicos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para acompanhamento, fiscalização e gestão da execução contratual.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

7.2. Disponibilizar à contratada todas as informações, condições e acessos necessários para a adequada execução dos serviços, incluindo acesso ao local de instalação do elevador, sempre que necessário.

7.3. Emitir ordens de serviço para execução das manutenções preventivas, corretivas ou emergenciais, bem como formalizar as solicitações de atendimento técnico.

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio do fiscal do contrato, analisando os relatórios técnicos apresentados, registrando eventuais não conformidades e solicitando as correções cabíveis.

7.5. Receber provisoriamente os serviços executados, para posterior verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência, do contrato e da proposta da contratada.

7.6. Proceder ao recebimento definitivo dos serviços, após a verificação do correto funcionamento do elevador, do cumprimento dos prazos e da adequação técnica dos serviços prestados.

7.7. Atestar as notas fiscais somente após o recebimento definitivo dos serviços, observado o cumprimento integral das obrigações contratuais.

7.8. Efetuar o pagamento devido à contratada mensalmente, após o atesto da execução dos serviços e a apresentação da documentação fiscal e técnica exigida, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.9. Notificar formalmente a contratada sobre irregularidades, falhas ou descumprimento contratual, estabelecendo prazo para saneamento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.10. Aplicar as penalidades previstas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.11. Promover as publicações e registros obrigatórios decorrentes da contratação, conforme exigido pela legislação aplicável.

7.12. Prestar os esclarecimentos necessários à contratada relacionados à execução contratual, sempre que solicitados e pertinentes ao objeto.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do elevador em conformidade com este Termo de Referência, com o contrato, com a proposta apresentada e com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Normas Técnicas – ABNT, incluindo, quando aplicável, a ABNT NBR 16083 (Manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes – Requisitos para prestação do serviço) e a ABNT NBR 15597 (Requisitos de segurança para inspeção de elevadores) garantindo o funcionamento seguro, contínuo e eficiente do equipamento.

8.2. Disponibilizar profissionais devidamente qualificados, habilitados e identificados, com conhecimento técnico compatível com o objeto contratado, responsabilizando-se integralmente pela atuação de sua equipe.

8.3. Atender às ordens de serviço emitidas pela Administração, observando rigorosamente os prazos estabelecidos para manutenções preventivas, corretivas e emergenciais.

8.4. Realizar a manutenção preventiva mensal, conforme cronograma aprovado pela Administração, abrangendo inspeções técnicas, ajustes, regulagens, lubrificação, testes operacionais e demais procedimentos necessários à preservação do bom funcionamento do elevador.

8.5. Apresentar à Administração, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, o cronograma de execução das manutenções preventivas, contemplando as visitas técnicas mensais durante todo o período de vigência contratual, para análise e aprovação da fiscalização do contrato.

8.6. Executar a manutenção corretiva e emergencial sempre que necessário, respeitando os prazos máximos de atendimento definidos neste Termo de Referência, sem interrupções indevidas do serviço.

8.7. Fornece, quando necessário, peças, componentes e insumos novos, compatíveis com o equipamento, de qualidade equivalente ou superior às originais, mediante prévia autorização da Administração, responsabilizando-se pela correta instalação e funcionamento.

8.8. Não utilizar peças reconcondicionadas, usadas ou fora das especificações técnicas.

8.9. Apresentar relatórios técnicos detalhados após cada atendimento e mensalmente, contendo a descrição dos serviços executados, data, horário, identificação do profissional responsável, peças substituídas e condições gerais do equipamento.

8.10. Comunicar imediatamente à Administração qualquer anormalidade, risco à segurança ou falha grave identificada durante a execução dos serviços, indicando as medidas corretivas necessárias.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

8.11. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução do objeto, incluindo mão de obra, ferramentas, equipamentos, deslocamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

8.12. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela Administração.

8.13. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando à Administração qualquer alteração relevante.

8.14. Cumprir as normas de segurança do trabalho, utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e adotando medidas que evitem riscos aos usuários e servidores.

8.15. Adotar práticas de sustentabilidade e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, tais como peças substituídas, óleos, graxas, embalagens e demais materiais, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

9.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como;

9.3 Atraso na entrega de até 5 (cinco) dias úteis, sem impacto no cronograma institucional;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 9.4. Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;
- 9.5. Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
- 9.6. Não seguir especificações técnicas do fabricante ou contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
- 9.7. Jogar embalagens ou sobras de materiais em locais inadequados, desde que seja feita a destinação correta após a notificação;
- 9.8. Como instalação torta, sujeira no local, pequenos danos estéticos, desde que corrigíveis logo após a notificação.
- 9.9. Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização. Por exemplo, agendar entrega fora do horário combinado sem aviso prévio.
- 9.10. Falta de uso de EPIs ou conduta imprópria de funcionários no local, quando não há risco direto à segurança ou à ordem do serviço.
- 9.11. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.12. Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;
- 9.13. Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;
- 9.14. Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 9.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;
- 9.15. Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da aquisição 2 anos de impedimento;
- 9.16. Não entrega dos produtos 2 anos de impedimento;
- 9.17. Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;
- 9.18. Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, tamanhos errados, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;
- 9.19. Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- 9.20. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 9.21. Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;
- 9.22. Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;
- 9.23. Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;
- 9.24. Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;
- 9.25. Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- 9.26. Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;
- 9.27. Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;
- 9.28. Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;
- 9.29. Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;
- 9.30. Enriquecimento ilícito à custa do erário;
- 9.31. Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).
- 9.32. Multa:
- 9.33. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 24 (vinte e quatro) dias.
- 9.34. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na entrega autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- 9.35. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação:
- 9.36. 10%: Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.
- 9.37. 15%: Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.
- 9.38. 20%: Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.
- 9.39. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10%

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.40. 10%: Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;

9.41. 10%: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;

9.42. 15%: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação.

9.43. 15%: Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.

9.44. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.45. 6%: Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;

9.46. 10%: Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.

9.47. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”,

de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.48. 2%: Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;

9.49. 5%: Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues.

9.50. 5%: Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;

9.51. 5%: Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;

9.52. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 6% (seis por cento) do valor da contratação;

9.53. 2%: Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;

9.54. 4%: Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.

9.55. 6%: Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.

9.56. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.57. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

cumulativamente com a multa;

9.58. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.59. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.60. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.61. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.62. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.63. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.64. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.65. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.66. as peculiaridades do caso concreto;

9.67. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.68. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.69. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.70. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

9.71. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.72. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.73. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.74. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.75. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. Medição dos Serviços

10.1.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base na efetiva execução das manutenções preventivas, corretivas e emergenciais, observados os seguintes critérios:

- a) cumprimento do cronograma de manutenção preventiva mensal;
- b) atendimento aos prazos estabelecidos para manutenções corretivas e emergenciais;
- c) apresentação de relatório técnico mensal, devidamente assinado pelo responsável técnico da contratada;
- d) comprovação do funcionamento adequado e seguro do elevador ao final do período de medição.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

10.2. Recebimento Provisório

10.2.1 Os serviços executados no período de referência serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante conferência dos relatórios técnicos e verificação inicial da conformidade com este Termo de Referência, o contrato e a proposta da contratada.

10.3. Recebimento Definitivo

10.3.1 O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá após a verificação completa da execução contratual, do cumprimento dos prazos, da qualidade técnica dos serviços prestados e do adequado funcionamento do equipamento, mediante atesto formal do fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

10.4 Forma e Prazo de Pagamento

10.4.1 O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento definitivo dos serviços e o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, observado o cumprimento integral das obrigações contratuais.

10.5 Reajustamento de Preços

10.5.1 Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que está se referir, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

10.5.2 O reajuste deverá ser solicitado pela contratada e será concedido mediante análise da Administração, desde que observado o período mínimo estabelecido e mantidas as condições contratuais.

10.5 DA FISCALIZAÇÃO

10.5.1 A CONTRATANTE, através de seus fiscais designados, efetuará a gestão e a fiscalização da contratação assegurando o fiel cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

10.5.2 A fiscalização da contratação formalizada por Nota de Empenho será exercida pelo Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo, os quais deverão atuar em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

10.6 Liquidação

Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

10.6.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) o período respectivo de execução da aquisição;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

10.6.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.6.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7 Prazo para Pagamento

10.7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, desde que comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais, já consideradas eventuais glosas ou descontos aplicáveis, conforme previsto no Decreto Municipal nº 13.509/2023, de 15 de março de 2023.

10.8 Forma de Pagamento

10.8.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária, em conta corrente, banco e agência indicados pela contratada.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

11.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.2. O objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, classificado como serviço comum, uma vez que suas características técnicas são amplamente conhecidas e praticadas no mercado, permitindo a definição clara e objetiva das especificações no Termo de Referência.

11.3. A adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mostra-se juridicamente adequada e mais vantajosa para a Administração, pois amplia a competitividade, promove maior transparência ao procedimento e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

11.4. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço, observadas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e o atendimento às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstas na legislação vigente.

Exigências de Habilitação Jurídica

O licitante deverá comprovar sua habilitação jurídica, conforme a seguir:

11.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, na Junta Comercial da sede;

11.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

11.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

11.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.11. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

11.12 Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

11.13 Registro Comercial, no caso de empresa individual.

11.14. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

11.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.18 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.24. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, emitida nos últimos 90 dias ou dentro do prazo de validade indicado na própria certidão;

11.25. Caso a certidão seja positiva para recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada comprovação judicial da aprovação do plano de recuperação, conforme art. 58 da Lei nº 11.101/2005, além da comprovação dos demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

11.26. Será exigida a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou, de forma satisfatória, serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação, especialmente relacionados à manutenção preventiva e corretiva de elevadores ou equipamentos similares.

11.26.1. A empresa contratada deverá possuir em seu quadro técnico engenheiro mecânico devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, o qual deverá ser o responsável técnico pelos serviços, mediante apresentação da Certidão de Registro e Quitação da empresa e do profissional junto ao CREA. E poderão ser aceitos outros profissionais legalmente habilitados junto ao CREA, desde que possuam atribuições técnicas equivalentes e compatíveis com





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

os serviços de manutenção de elevadores, conforme definido pelas resoluções e normativos do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

12.1. O custo estimado total da aquisição é de R\$ 24.540,00 (Vinte e quatro mil e quinhentos e quarenta reais).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

13.2. A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

SEMA

02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração

04.122.1001.2004 – Manutenção das Atividades Administrativas da SEMA

3.3.90.39.00- Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Ficha – 39

14. DAS CLÁUSULAS INSTRUMENTO CONTRATUAL E OBRIGAÇÕES

14.1. A presente contratação será formalizada por meio de contrato administrativo, precedido da emissão da respectiva Nota de Empenho, a qual constituirá o documento hábil para a execução da despesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O contrato administrativo deverá conter, obrigatoriamente, a identificação das partes, a descrição detalhada do objeto, o valor total da contratação, o prazo de vigência, as condições de execução dos serviços e a indicação da dotação orçamentária correspondente, observando integralmente as disposições legais, administrativas e contábeis aplicáveis.

14.3. Vigência e Execução da Contratação: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por até 10 anos, desde que haja interesse da Administração, vantajosidade devidamente comprovada e disponibilidade orçamentária, nos termos dos art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, regular e eficiente, observando-se as condições, prazos, especificações técnicas e níveis de qualidade estabelecidos no Termo de

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Referência e no instrumento contratual, cabendo à Contratada manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

14.4. Penalidades pelo Descumprimento Contratual: O descumprimento total ou parcial das condições, prazos ou demais obrigações previstas no contrato, sem justificativa previamente aceita pela Administração, sujeitará a empresa contratada à aplicação das penalidades legais e administrativas cabíveis, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

14.5. Procedimento para Aplicação das Penalidades: A aplicação de quaisquer penalidades observará o devido processo legal, assegurando-se à contratada o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com a legislação vigente.

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, Estado de Rondônia, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou litígios decorrentes deste processo licitatório e de seus atos subsequentes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo acordo entre as partes ou disposição legal em sentido diverso.

16. DOS APÊNDICES

Fazem parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito, os seguintes documentos:

Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar (ID: [3.929.426](#));

Apêndice II – Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID3.955.65D).

17. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

17.1. Informações adicionais poderão ser obtidas por meio dos seguintes canais de atendimento:

Telefone: (69) 9 9991-2637

E-mail: cpl@buritis.ro.gov.br

Atendimento presencial: Sala da Superintendência Municipal de Licitação, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Buritis, situada na Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06 – Buritis/RO, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min.

18. RESPONSÁVEIS

Elaborado por:

JOSELI MOREIRA DE ARAUJO

Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990

CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Assessora Executiva – SEMA

Autorizado por:

JACSON DOUGLAS FOGAÇA
Secretário Municipal de Administração

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990
CNPJ 01.266.058/0001-44





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JACSON DOUGLAS FOGAÇA - SECRETARIO DE ADMINISTRACAO**, CPF: 019.96.000-00 em 21/05/2026 13:12:08, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1385.4612.7083.W703.2370, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23.000-00 em 21/05/2026 11:35:00, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1142.0835.100V.9722.4386, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.E70.124** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23.000-00, em 21/05/2026 - 11:35:00

Código de Autenticidade deste Documento: 11X0.2A35.7009.W106.0724

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da despesa com pretensa contratação, mensurar os riscos, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e demais documentos relacionados ao processo de acordo com os princípios que regem a Administração Pública e a Lei nº 14.133/2021.

1.INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 0000133.01.01-2026

Categoria do Objeto: Serviço continuado

Área Requisitante: Secretaria Municipal de Administração

Responsável Técnico: Jacson Douglas Fogaça

2.DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

2.1.O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela Equipe de Planejamento e Apoio a Contratação designado através da Portaria nº 18/SEMA/PMB/2025 e os aspectos administrativos da contratação foram devidamente verificados pelo responsável pela revisão, sendo aprovado pela área demandante e área administrativa.

3.DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP:

3.1. As diretrizes que nortearão este Estudo Técnico Preliminar têm como base a Lei Federal nº 14.133 de 2021 e o Decreto 13.509 de 15 de março de 2023 do município de Buritis/RO.

4.DESCRICÃO DA NECESSIDADE -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso I)

4.1 A presente descrição de necessidade fundamenta a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, compreendendo assistência técnica especializada, mão de obra qualificada, bem como o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços.

4.2 O elevador constitui equipamento essencial para garantir a acessibilidade, mobilidade, segurança e continuidade dos serviços públicos, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e usuários com deficiência, além de servidores e visitantes que utilizam diariamente as dependências do prédio público.

4.3 A ausência de manutenção adequada e periódica pode acarretar falhas operacionais, paralisações inesperadas, riscos à segurança dos usuários, desgaste prematuro dos componentes, bem como o descumprimento das normas técnicas e de segurança vigentes, a exemplo das normas da ABNT e demais regulamentações aplicáveis aos equipamentos de transporte vertical.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

4.4 Dessa forma, torna-se imprescindível a contratação de empresa devidamente habilitada, com capacidade técnica comprovada, para executar serviços contínuos de manutenção preventiva, com inspeções regulares, ajustes, lubrificações e testes de segurança, bem como manutenção corretiva, sempre que necessário, incluindo o fornecimento e a substituição de peças e insumos, assegurando o pleno funcionamento do equipamento.

4.5 A contratação visa, portanto, preservar o patrimônio público, garantir a segurança dos usuários, assegurar a acessibilidade universal e evitar custos maiores decorrentes de falhas graves ou da paralisação prolongada do elevador, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

5.ÁREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Administração

6.DESCRICÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso III)

6.1. Requisitos dos Serviços e do Sistema de Elevador:

6.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por empresa especializada e devidamente habilitada, que possua qualificação técnica comprovada e mão de obra capacitada para a execução das atividades. A empresa deverá ter em seu quadro técnico profissional engenheiro mecânico devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, que atuará como responsável técnico pelos serviços, devendo ser apresentada, quando solicitado, a Certidão de Registro e Quitação da empresa e do profissional junto ao CREA, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução dos serviços.

6.1.2. A **manutenção preventiva** deverá compreender a realização de inspeções periódicas, ajustes, lubrificações, testes operacionais, limpeza técnica, verificação de componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, bem como todos os procedimentos necessários à preservação do pleno funcionamento, segurança, eficiência e durabilidade do elevador.

6.1.3. A **manutenção corretiva** abrangerá o diagnóstico de falhas, reparos e substituição de peças, componentes e sistemas defeituosos, sempre que necessário, garantindo o restabelecimento seguro e imediato do funcionamento do equipamento.

6.1.4. Todas as **peças, componentes e insumos** eventualmente utilizados deverão ser novos, originais ou compatíveis com as especificações do fabricante, de primeira linha, com garantia mínima de 12 (doze) meses, livres de vícios, defeitos de fabricação ou desgaste prematuro.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6.1.5. Os serviços deverão assegurar o funcionamento contínuo, seguro e adequado do elevador, atendendo às necessidades operacionais do prédio público, especialmente no que se refere à acessibilidade, mobilidade e segurança dos usuários.

6.1.6. O **prazo de vigência da contratação** será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos termos do art 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja justificativa quanto à vantajosidade para a Administração e observadas as disposições legais aplicáveis.

6.2. Condições de Participação:

Poderão participar deste certame todas as empresas:

6.2.1 – Legalmente constituídas, com regularidade fiscal, trabalhista e jurídica comprovadas, e em situação regular nos cadastros exigidos pela legislação vigente;

6.2.2 – Cujo ramo de atividade seja compatível com a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores;

6.2.3 – Que atendam integralmente às especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar – ETP e às demais exigências editalícias;

6.2.4 – Que não estejam impedidas de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.

6.3. Garantias e Responsabilidades da Contratada:

6.3.1 – A empresa contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados e o pleno funcionamento do elevador, responsabilizando-se pela correção imediata de quaisquer falhas, defeitos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços.

6.3.2 – A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos materiais, patrimoniais ou pessoais causados à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de falhas técnicas, execução inadequada dos serviços ou uso de materiais incompatíveis.

6.3.3 – O descumprimento de prazos, a execução de serviços em desacordo com as especificações técnicas ou o não atendimento às solicitações formais da Administração sujeitará a contratada às sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo de eventuais reparações por danos causados.

6.4. Condições Logísticas e de Execução dos Serviços:

6.4.1 – Todas as despesas relacionadas à execução dos serviços, incluindo deslocamento de técnicos, fornecimento de ferramentas, equipamentos, peças, componentes, insumos, transporte e demais encargos necessários, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

6.5. Vedações Contratuais:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

6.5.1. Fica vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto desta contratação, tendo em vista a necessidade de controle técnico, responsabilidade direta e garantia da qualidade na execução dos serviços especializados.

6.6. Impedimentos à Participação:

Não poderão participar do certame:

6.6.1 – Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, salvo nos casos permitidos em lei;

6.6.2 – Empresas declaradas inidôneas ou suspensas de contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera federativa, enquanto perdurarem os efeitos da penalidade;

6.6.3 – Empresas estrangeiras que não apresentem a documentação devidamente traduzida e legalizada, conforme exigido pela legislação vigente;

6.6.4 – Empresas que possuam, em seu quadro societário ou funcional, servidores públicos vinculados ao Município de Buritis, seja como sócios, dirigentes ou empregados, observadas as vedações legais.

6.7. Sustentabilidade:

6.7.1 – Em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a execução dos serviços deverá observar critérios ambientais e de sustentabilidade, sempre que aplicáveis.

6.7.2 – As peças, componentes e insumos utilizados deverão possuir procedência regular e, sempre que possível, apresentar menor impacto ambiental, sem prejuízo da segurança e da eficiência operacional do elevador.

6.7.3 – Deverão ser adotadas práticas que reduzam a geração de resíduos, promovendo o descarte ambientalmente adequado de peças substituídas, óleos, lubrificantes e demais materiais utilizados na manutenção.

6.7.4 – A contratada deverá, sempre que tecnicamente viável, adotar soluções que contribuam para a eficiência energética e a ampliação da vida útil do equipamento.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO – (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso V)

7.1. Foram realizadas análises de contratações semelhantes efetuadas por outros órgãos e entidades públicas, por meio de consultas a editais e processos licitatórios disponíveis, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias ou soluções inovadoras que melhor atendam às necessidades da Administração.

Órgão	Ata/Edital	Objetivo	Fonte
Prefeitura Municipal De	Pregão Eletrônico nº	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos	https://rondonia.ro.gov.br/licitacao/789158/





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Porto Velho /RO	90176/2024/SUPEL/RO Processo Administrativo: 0042.000367/2024-12	continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para 02 (dois) elevadores e 1(uma) plataforma hidráulica das unidades do Tudo Aqui dos municípios de Porto Velho e Ariquemes, incluindo o emprego de equipamentos, ferramentas e materiais adequados e necessários à manutenção, com fornecimento e substituição de peças mediante reembolso, por um período de 12 (doze) meses.	
Prefeitura de contagem	Pregão Eletrônico Nº145/2024	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, em elevadores hidráulicos e plataformas elevatórias, incluindo: o fornecimento de mão de obra (equipamentos, ferramentas e demais materiais de consumo à custa da empresa contratada) e o fornecimento de peças e acessórios originais com reposição imediata.	Prefeitura Municipal de Contagem - contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva,...

7.2. Levantamento das Possibilidades para Atendimento da Necessidade

7.2.1. Foi realizado levantamento preliminar com o objetivo de identificar as alternativas viáveis para atender à necessidade de garantir o funcionamento seguro e contínuo do elevador instalado no prédio da prefeitura de Buritis.

7.2.2. A primeira alternativa analisada consistiu na execução dos serviços de manutenção do elevador por servidores do próprio Município, mediante utilização de equipe interna.

7.2.3. A segunda alternativa considerada foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador, compreendendo assistência técnica, mão de obra qualificada e fornecimento de peças e insumos necessários à execução dos serviços.

7.3. Análise Técnica e Econômica das Alternativas

7.3.1. Execução por servidores do Município. A execução dos serviços por servidores próprios mostrou-se tecnicamente inviável, tendo em vista que a manutenção de elevadores exige profissionais com qualificação específica, treinamentos contínuos, conhecimento técnico especializado e atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis, além da necessidade de ferramentas e equipamentos apropriados. Ademais, o Município não dispõe, em seu quadro





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

funcional, de servidores habilitados para a execução desse tipo de serviço, o que poderia acarretar riscos à segurança dos usuários e à responsabilidade administrativa e civil da Administração.

7.3.2. Contratação de empresa especializada

7.3.3.A contratação de empresa especializada apresenta-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, uma vez que assegura a execução dos serviços por profissionais qualificados, com observância às normas da ABNT, às exigências legais de segurança e às recomendações do fabricante do equipamento. Além disso, possibilita a realização de manutenção preventiva e corretiva de forma contínua, reduzindo falhas, prolongando a vida útil do elevador e garantindo a acessibilidade e a segurança dos usuários, com custos previsíveis e compatíveis com a realidade orçamentária municipal.

7.4. Conclusão

7.4.1. Diante do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador, com fornecimento de peças e insumos necessários, constitui a alternativa mais adequada, eficiente e segura para atender ao interesse público, garantindo a continuidade do serviço, a acessibilidade e a proteção dos usuários.

8.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso VII)

8.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção **preventiva e corretiva** do elevador instalado no prédio da Prefeitura Municipal de Buritis, o qual atende a um edifício de **apenas dois pavimentos**.

8.2. A manutenção preventiva abrangerá inspeções periódicas, ajustes técnicos, lubrificação, testes operacionais e verificações de segurança, com o objetivo de assegurar o funcionamento adequado do equipamento, prevenir falhas e prolongar sua vida útil, considerando a baixa complexidade operacional decorrente da limitação de andares.

8.3. A manutenção corretiva compreenderá a realização de reparos, substituição de componentes defeituosos, fornecimento de peças e insumos necessários, bem como a pronta resposta a eventuais falhas que possam comprometer o uso seguro e contínuo do elevador.

8.4. A contratação de empresa especializada mostra-se a solução mais adequada, eficiente e segura, uma vez que garante mão de obra qualificada, atendimento às normas técnicas e de segurança vigentes, redução de riscos aos usuários e continuidade do serviço público, especialmente no atendimento a pessoas com mobilidade reduzida.

8.5. Dessa forma, a solução proposta atende plenamente à necessidade da Administração, assegurando a operacionalidade do elevador com custo compatível à sua estrutura simplificada,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

sem prejuízo da qualidade, segurança e regularidade dos serviços prestados.

8.6. Tipos de serviços serem executados

- 8.6.1. A empresa contratada deverá realizar os seguintes serviços;
- 8.6.2. Manutenção preventiva mensal, com inspeção completa do equipamento;
- 8.6.3. Manutenção corretiva, sempre que houver falhas, defeitos ou paralisação do elevador;
- 8.6.4. Verificação e ajuste dos componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos;
- 8.6.5. Lubrificação de peças e componentes;
- 8.6.6. Verificação do sistema de segurança, cabos de tração, portas, botoeiras e comandos;
- 8.6.7. Testes de funcionamento e desempenho do equipamento;
- 8.6.8. Atendimento técnico emergencial quando necessário;
- 8.6.9. Elaboração de relatório técnico das manutenções realizadas, quando solicitado pela administração.

8.7. Reposição de peças e componentes

- 8.7.1. Durante a execução dos serviços de manutenção, poderá haver necessidade de substituição de peças ou componentes que apresentem desgaste natural ou defeito.
- 8.7.2. A contratada deverá realizar a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentarem desgaste ou defeito durante a execução da manutenção.
- 8.7.3. As peças substituídas deverão ser originais ou compatíveis com as especificações do fabricante, garantindo o perfeito funcionamento e segurança do equipamento.
- 8.7.4. A substituição deverá ocorrer mediante autorização da administração.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS - (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso IV)

Item	Descrição	Unidade	Código	Quant. Equip.	Quant. Manut.
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, compreendendo assistência técnica especializada, mão de obra qualificada. Elevador capacidade 8	SERV.	(Genérico) 3557	1	12





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

	passageiros e 600 kg GMW 02(dois) andares.				
2	Fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços. ESTIMADO EM 50% DA MÃO DE OBRA DO ITEM 01	Estimativa	(Genérico) 3557	1	12

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º
inciso VI)**

Item	Descrição	Unidade	Código	Quant. Manut.	Quant. Unit.	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, compreendendo assistência técnica especializada, mão de obra qualificada. Elevador capacidade 8 passageiros e 600 kg GMW 02(dois) andares.	Serv.	(Genérico) 3557	12	R\$2.045,00	R\$24.540,0
2	Fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços. ESTIMADO EM 50% DA MÃO DE OBRA DO ITEM 01	Estimativa	(Genérico) 3557	1	R\$12.270,00	R\$12.270,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

VALOR (R\$ **24.540,00**).

10.1. O custo estimado da contratação é de R\$24.540,00(vinte e quatro mil e quinhentos e quarenta reais).

10.2. O valor apresentado nesta etapa representa apenas uma estimativa para fins de planejamento. O valor a ser efetivamente utilizado na licitação será aquele aferido a partir das propostas apresentadas, conforme a cotação realizada durante o certame.

11.JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso VIII)

11.1. A presente contratação enquadra-se como **serviço continuado**, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de prestação de serviços destinados a atender necessidade permanente da Administração Pública, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades administrativas e a adequada prestação dos serviços públicos.

11.2. A contratação tem por finalidade assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observando os princípios da economicidade, eficiência, isonomia, planejamento e do interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, considerando, ainda, a alternativa que represente menor risco de prejuízos ao erário, seja por questões de compatibilidade técnica, necessidade de adaptações, preservação da garantia do equipamento ou adequação do objeto às especificações técnicas estabelecidas. Dessa forma, a adjudicação adotará o critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, por se tratar de objeto único, contínuo e de execução integrada.

11.3. **Não será admitido o parcelamento do objeto**, uma vez que a contratação se refere à prestação integrada, contínua e indissociável de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador, compreendendo assistência técnica especializada, mão de obra qualificada e o fornecimento de peças, componentes e insumos necessários à adequada execução dos serviços. O eventual fracionamento da contratação poderia comprometer a eficiência e a continuidade da manutenção, gerar incompatibilidades técnicas, dificultar a definição de responsabilidades, prejudicar a segurança operacional do equipamento e ampliar os riscos administrativos, operacionais e financeiros para a Administração Pública.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES-(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso XI)

12.1. O objeto desta contratação não se enquadra como contratação correlata ou interdependente de outras aquisições, obras ou serviços em execução no âmbito da Administração Municipal.

12.2. Justifica-se o não enquadramento pelo fato de a presente contratação destinar-se a atender





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

necessidade específica e isolada, relacionada exclusivamente à manutenção do elevador existente no prédio da Prefeitura Municipal, não havendo, até o momento, contrato ativo ou manutenção vigente para o referido equipamento, nem vínculo direto com outros projetos, aquisições ou intervenções estruturais atualmente em andamento.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO - (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso II)

13.1. Justifico, para os devidos fins a quem possa interessar que a despesa em questão consta no Plano de Contratações Anual 2026 deste Município conforme item 265 de do plano de contratações.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS - (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso IX)

14.1. Assegurar o funcionamento contínuo, seguro e eficiente do elevador instalado no prédio da Prefeitura Municipal, garantindo condições adequadas de uso aos servidores, munícipes e visitantes, especialmente às pessoas com mobilidade reduzida.

14.2. Promover a manutenção preventiva e corretiva adequada do equipamento, reduzindo a ocorrência de falhas, paradas inesperadas e riscos de acidentes, em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes.

14.3. Contribuir para a continuidade e a eficiência dos serviços públicos, evitando interrupções no atendimento à população em razão de indisponibilidade do elevador.

14.4. Minimizar custos decorrentes de manutenções emergenciais e substituições prematuras de componentes, por meio de ações preventivas planejadas e executadas por mão de obra especializada.

14.5. Preservar o patrimônio público, assegurando a adequada conservação do elevador, a ampliação de sua vida útil e a responsabilização técnica da empresa contratada pela execução dos serviços.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS - (Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso X)

15.1. Para a adequada implementação da contratação, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências administrativas:

15.2. Designação formal de gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

15.3. Estruturação do processo administrativo de contratação, com a elaboração e aprovação dos documentos técnicos necessários, tais como Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais peças obrigatórias do procedimento licitatório ou contratação direta.

15.4. Organização dos procedimentos administrativos internos relacionados ao acompanhamento do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

contrato, incluindo definição de rotinas de fiscalização, registro de ocorrências e controle da execução dos serviços.

15.5. Registra-se que não haverá necessidade de transição contratual, uma vez que não há contrato vigente que contemple integralmente o objeto desta contratação.

15.6. As providências descritas visam assegurar a adequada preparação administrativa para a contratação, garantindo maior eficiência na gestão contratual e na prestação dos serviços.

16.POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS -(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso XII)

16.1.A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador apresenta baixo impacto ambiental, uma vez que não envolve obras civis, supressão vegetal ou alterações estruturais no prédio público. Ainda assim, podem ser identificados os seguintes impactos potenciais:

16.1.1. Geração de resíduos sólidos, decorrentes da substituição de peças, componentes eletromecânicos, óleos lubrificantes, graxas e materiais de limpeza utilizados na manutenção;

16.1.2. Consumo de energia elétrica durante a execução de testes, ajustes e funcionamento do equipamento;

16.1.4. Risco de descarte inadequado de resíduos, caso não sejam observadas as normas ambientais vigentes.

16.2Medidas Mitigadoras dos Impactos Ambientais

16.2.1. Para minimizar os possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador, deverão ser adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

16.2.2. Realização do descarte ambientalmente adequado de resíduos sólidos, peças substituídas, óleos, graxas e demais insumos utilizados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

16.2.3. Priorizar, sempre que possível, a reutilização, reciclagem ou destinação correta de materiais, mediante encaminhamento a empresas ou sistemas licenciados;

16.2.4. Adoção de práticas que promovam o uso racional de materiais e insumos, evitando desperdícios;

16.2.5. Observância às normas ambientais, técnicas e de segurança aplicáveis à execução dos serviços;

16.2.6. Orientação e responsabilização da empresa contratada quanto à adoção de boas práticas ambientais, visando à redução de impactos e à preservação do meio ambiente.

17.DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE-(Conforme a disposto no Art. 18 § 1º inciso XIII)

17.1.A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

preventiva e corretiva do elevador mostra-se tecnicamente necessária e operacionalmente viável, tendo em vista a importância do equipamento para o adequado funcionamento das atividades administrativas desenvolvidas no prédio público.

17.2.O elevador constitui equipamento essencial para garantir acessibilidade, mobilidade e segurança dos usuários, especialmente servidores, visitantes e pessoas com mobilidade reduzida, sendo indispensável a realização de manutenções periódicas para assegurar seu pleno funcionamento e prevenir falhas ou paralisações.

17.3.A realização de manutenção preventiva permite identificar antecipadamente possíveis desgastes ou falhas em componentes do sistema, reduzindo riscos de acidentes, aumentando a vida útil do equipamento e evitando custos maiores decorrentes de reparos emergenciais ou substituições completas de componentes.

17.4. Adicionalmente, a manutenção corretiva possibilita a pronta intervenção técnica sempre que ocorrerem falhas ou irregularidades no funcionamento do elevador, garantindo o restabelecimento seguro e imediato da operação do equipamento.

17.5. Considerando que a Administração Pública não dispõe de equipe técnica especializada para execução desse tipo de serviço, torna-se necessária a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada, com profissionais qualificados e aptos a realizar as intervenções necessárias conforme as normas técnicas vigentes.

17.6. Diante do exposto, verifica-se que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, atendendo ao interesse público, garantindo a segurança dos usuários e contribuindo para a adequada conservação do patrimônio público.

Elaborado por:

Joseli Moreira de Araujo

Assessora Executiva

ASSINATURA:

Jacson Douglas Fogaça

Secretário Municipal de Administração





PREFEITURA DE BURITIS - RO
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000
CNPJ: 01.266.058/0001-44

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JACSON DOUGLAS FOGAÇA - SECRETARIO DE ADMINISTRACAO**, CPF: 019.96*. **2-*0 em 18/03/2026 14:26:05, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1430.0226.405E.W687.4211, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23*. **2-*1 em 18/03/2026 13:45:50, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1322.6945.3506.E11V.0625, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.B53.390** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23*. **2-*1, em 18/03/2026 - 13:45:50

Código de Autenticidade deste Documento: 13Z5.1K45.2503.277A.5711

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





THIAGO ALVES DE SOUSA -
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E

Assinaturas do Documento

CONTRATAÇÕES



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76*.**2-9 em **25/05/2026 09:08:47**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 09Z6.8608.847X.841X.5386, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **TAYNARA VIEIRA BORDINHAO**, CPF: 045.94*.**2-2 em **25/05/2026 08:44:14**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 08E7.6944.5143.215H.6531, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.E8E.331** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **TAYNARA VIEIRA BORDINHAO**, CPF: 045.94*.**2-2, em **25/05/2026 - 08:44:14**

Código de Autenticidade deste Documento: 08Z3.2U44.6142.R26Z.6002

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

